



Curso de Pós-Graduação Lato sensu em  
**coordenação  
pedagógica**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PPPG  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM COORDENAÇÃO  
PEDAGÓGICA**

**ANTONIA ZELANDIA DE SOUSA SILVA DANTAS**

**O COORDENADOR PEDAGÓGICO FRENTE A ELABORAÇÃO E  
IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP):  
estudo de caso em um Centro de Ensino Fundamental, Lagoa Grande-MA**

**SÃO LUÍS  
2016**

**ANTONIA ZELANDIA DE SOUSA SILVA DANTAS**

**O COORDENADOR PEDAGÓGICO FRENTE A ELABORAÇÃO E  
IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP):  
estudo de caso em um Centro de Ensino Fundamental, Lagoa Grande-MA**

Monografia apresentada para fins de conclusão do curso de Pós-graduação Lato Sensu de Coordenação Pedagógica do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Maranhão.

Orientador(a): Prof. Esp Gisele Maria Araújo

**SÃO LUÍS**

**2016**

Dantas, Antônia Zelândia de Sousa Silva

O coordenador pedagógico frente a elaboração e implementação do projeto político pedagógico.../Antônia Zelândia de Sousa Silva Dantas . 2016.

50-f.

Orientadora: Gisele Maria Araujo.

Monografia (especialização) \_ Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós –Graduação em Coordenação Pedagógica, 2016.

1.Coordenador pedagógico 2.Projeto político pedagógico  
3.Participação escolar I. Título.

**ANTONIA ZELANDIA DE SOUSA SILVA DANTAS**

**O COORDENADOR PEDAGÓGICO FRENTE A ELABORAÇÃO E  
IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP):  
estudo de caso em um Centro de Ensino Fundamental, Lagoa Grande-MA**

Monografia apresentada para fins de conclusão do curso de Pós-graduação Lato Sensu de Coordenação Pedagógica do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Maranhão.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Esp Gisele Maria Araújo (Orientadora)

---

Ma Talita de Jesus da Silva Martins

---

Me Hadryan Lima Rodrigues

A Deus nosso criador e fonte de todas as  
inspirações, existentes na terra, a minha família e  
amigos.

“É preciso ousar, aprender a ousar, para dizer NÃO a burocratização da mente a que nos expomos diariamente”. É preciso ousar para jamais dicotomizar o cognitivo do emocional. Não deixe que o medo do difícil paralise você”.

**Paulo Freire**

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus que iluminou o meu caminho durante esta caminhada.

A minha família, que apesar de todas as dificuldades, me deram o apoio necessário para continuar na luta.

Ao meu esposo Leandro Dantas Medeiros, pelo apoio carinhoso e incondicional.

A minha orientadora Prof<sup>a</sup>. Gisele Maria Araújo que tornou possível a realização desse trabalho através de seu apoio e orientação.

Particularmente ao meu amigo Francisco Cordeiro que me incentivou a fazer este curso, e me ajudou bastante durante todo período. A minha amiga Cinara Martins por me ajudar todas às vezes que a solicitei, quando tinha dúvidas. Enfim, por acreditarem no meu potencial, e por não pouparem esforços em me ajudar durante essa caminhada.

Aos gestores e professores que contribuíram para a conclusão desta pesquisa respondendo aos questionários.

A todas as colegas com as quais as trocas de conhecimentos e afetos possibilitaram a melhor realização desse estudo.

Especialmente a todos os professores da UFMA, que passaram por nossa turma durante o curso, pelas aulas e discussões importantes que contribuíram para a realização deste trabalho, a instituição, pelo comprometimento e seriedade que sempre cumpriu com sua programação. Em especial a nossa tutora Suely Pacheco Chaves, pelo seu lado amiga, e acima de tudo pelo profissional comprometimento com a turma. E finalmente, aos que aqui forem direto ou indiretamente mencionados, a sincera gratidão e o desejo de poder, de alguma forma, ser recíproca.

## RESUMO

A presente pesquisa relata sobre a importância da participação do coordenador pedagógico frente a elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico, contribuindo para a melhoria do processo de ensino, através de suas atribuições dentro do ambiente escolar. A pesquisa tem como objetivo geral investigar a eficácia da participação do coordenador pedagógico na elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico no CEF Dep. Raimundo Bogéa, na zona rural do município de Lagoa Grande do Maranhão - MA. A metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica, com contribuições de alguns autores como Lima (2007), Padilha (2005), Saviani (2003), Vasconcelos (2013), Veiga (2002) dentre outros, e de campo com abordagem qualitativa. Os resultados da pesquisa confirmaram que o trabalho desenvolvido pelo coordenador pedagógico nesta escola encontra muitos desafios, pois segundo as respostas dadas pelos investigados, eles não conseguem identificar como o trabalho desse profissional pode ajudá-los em sua prática pedagógica de sala de aula. Desta forma, conclui-se que para alcançarmos uma educação de qualidade, em que os alunos se desenvolvam integralmente com formação científicos e cidadã, é preciso um trabalho coletivo e colaborativo entre os coordenadores, professores, gestores, alunos, pais ou responsáveis, enfim, toda comunidade escolar.

**Palavras-chave:** Coordenador. Projeto Político Pedagógico. Escola. Participação

## ABSTRACT

The present research reports about the importance of the participation of the teacher in front the development and implementation of Pedagogical political project, contributing to the improvement of the teaching process, through their assignments within the school environment. Why aims General investigate the effectiveness of pedagogical coordinator's participation in the elaboration and implementation of Pedagogical political project in the CEF DEP. Raimundo Bogéa, in rural municipality of Lagoa Grande do Maranhão-MA. The methodology was a bibliographical and field research with qualitative approach. The survey results confirmed that the work done by the pedagogical coordinator at this school happens so unsatisfactory because according to the answers given by the investigated, they can't identify how the work of this professional can help you in your classroom teaching practice. Thus, it is concluded that to achieve a quality education, in which students develop fully with scientific training and citizen, we need a collective and collaborative work between the coordinators, teachers, administrators, students, parents or guardians, anyway, the whole school community. As well as, needs a teacher conscious of their role.

**Keywords:** Coordinator. Pedagogical Political Project. School.

## **LISTA DE SIGLAS**

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PABAAE - Programa Americano-Brasileiro de Assistência ao Ensino Elementar

PPP - Projeto Político Pedagógico

PDE - Programa Dinheiro Direto na Escola

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A FUNÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NA ESCOLA.....</b>	<b>18</b>
<b>3 O COORDENADOR PEDAGÓGICO FRENTE A ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO .....</b>	<b>23</b>
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>32</b>
4.1 Caracterização da escola .....	32
4.2 Caracterização dos participantes .....	33
4.3 Análise e falas dos participantes .....	33
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>39</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>41</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>44</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as escolas públicas brasileiras têm passado por algumas dificuldades em seus diversos setores. E que conseqüentemente, acabam influenciando no ensino que é ofertado aos discentes. Basicamente todos os dias diretores, coordenadores pedagógicos e professores, travam batalhas duras para conseguir realizar seus trabalhos.

Quando nos dispomos a realizar qualquer atividade dentro ou fora da escola, sempre precisamos fazer uso de um bom planejamento, que seja um instrumento norteador de nossas ações. E, a escola, como um todo precisa possuir seu planejamento, um instrumento que seja construído de forma coletiva e dialógica, num contexto de democratização da gestão das escolas públicas, a fim de construir sua própria identidade institucional, que pode estar representada através do Projeto Político Pedagógico.

Portanto o presente trabalho justifica-se pela necessidade de refletir sobre a função do Coordenador Pedagógico frente à elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico no CEF Dep. Raimundo Bogéa, da zona rural do município de Lagoa Grande do Maranhão – MA. Sabe-se que diante das dificuldades nas escolas públicas, o trabalho do coordenador pode ajudar a melhorar de forma significativa o trabalho pedagógico, aperfeiçoando o processo de ensino aprendizagem, estimulando os professores a refletirem sobre sua prática pedagógica ampliando ações coletivas para o desenvolvimento da escola.

A escolha do tema se deu após diagnosticar junto aos professores de uma escola municipal de Lagoa Grande do Maranhão - MA, as distintas dificuldades dentro da escola principalmente quando se refere à função que cada profissional exerce. A escola é um espaço inovador onde os profissionais são formadores de opiniões e capazes de enfrentar desafios a qual sua prática pedagógica põe. Portanto, cada profissional é capaz de buscar alternativas para subsidiar o processo de ensino e aprendizagem. Dessa forma é notório que um bom planejamento escolar é um instrumento norteador de todas as ações que pudessem propiciar a solução ou amenizar os problemas existentes dentro da escola, tendo como mediador desta ação o coordenador pedagógico.

Diante do exposto, acreditamos que a relevância desta pesquisa dar-se pelo anseio em contribuir com a elaboração de estratégias que favoreçam a efetiva

participação do coordenador na implementação do PPP, bem como investigar a eficácia das ações realizadas, e ainda como ocorre o processo de envolvimento de todos da comunidade escolar na construção deste documento que é a identidade desta instituição de ensino. Acredita-se ainda que este tema será de grande importância para a comunidade escolar, a partir da divulgação dos resultados, disponibilizando material para reflexão acerca da temática em discussão.

Desta forma a problemática da pesquisa foi norteadada pela questão: Qual a função do coordenador pedagógico frente a elaboração e implementação do PPP no CEF Dep. Raimundo Bogéa, da zona rural do município de Lagoa Grande do Maranhão - MA?

Essa pesquisa tem como objetivo geral investigar a eficácia da participação do coordenador pedagógico na elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico no CEF Dep. Raimundo Bogéa, na zona rural do município de Lagoa Grande do Maranhão - MA, bem como objetivos específicos: conhecer que funções com relação às ações do PPP devem ser desenvolvidas pelo coordenador pedagógico; identificar as principais dificuldades encontradas pelo coordenador durante a efetivação das ações do PPP; identificar a importância da atuação do coordenador na execução dos objetivos elaborados no PPP.

A metodologia é o caminho a ser seguido, nela contém as etapas as técnicas da pesquisa, expõe claramente a temática, o objeto, objetivos, marco teórico, instrumentos de coleta de dados e ainda a investigação de campo (MINAYO, 2001).

Todo e qualquer trabalho científico precisa ter bem claro o tipo de pesquisa que pretende abordar, pois, é a partir da definição do tipo de pesquisa, que podemos nomear quais as técnicas de coleta de dados a serem utilizadas, assim como, também pode ser observado se houve ou não o alcance dos objetivos propostos. Prodanov e Freitas (2013, p. 50) acreditam “[...] que podem existir vários tipos de pesquisa. Cada tipo possui, além do núcleo comum de procedimentos, suas peculiaridades próprias”.

A abordagem escolhida para nortear esta pesquisa é de caráter qualitativa, que não faz uso de métodos e técnicas estatísticas. O uso do método qualitativo busca explicar os motivos que causaram tais coisas, proporcionando pensar no que pode ser feito, mas não quantificam os resultados.

Para Minayo (2001, p. 21-22):

a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Gil (1995 apud MINAYO, 2001), defende que a pesquisa qualitativa tem a finalidade de descrever, compreender e explicar conceitos para a formulação de ideias posteriores, visando contribuir para uma maior compreensão do pesquisador acerca do assunto investigado. No entanto, o pesquisador deve manter-se neutro durante a pesquisa, ele não pode permitir que seu conhecimento quanto ao objeto, ou aos sujeitos pesquisados possam influenciar no momento dos registros da pesquisa.

Quanto aos fins a pesquisa será de cunho descritiva, pois pretende-se apenas descrever os fatos observados sem interferências. Esse tipo de pesquisa visa uma maior aproximação com objeto/sujeitos a serem investigados, obtendo os conhecimentos necessários a partir da realidade vivenciada. A descrição dos fatos observados será feita através de um trabalho sistematizado, utilizando técnicas de coletas de dados, como o questionário. Para Prodanov e Freitas (2013, pag. 52) a pesquisa descritiva “procura descobrir a frequência com que um fato ocorre, sua natureza, suas características, causas, relações com outros fatos”.

Em um trabalho científico faz-se necessário o uso de procedimentos técnicos, pelo qual obterá os dados para a elaboração da pesquisa. Portanto, é imprescindível que seja escolhido os meios que poderá ser elaborado o devido trabalho.

Segundo Gil (2008) a pesquisa bibliográfica é realizada através de referências teóricas já elaboradas sobre determinado assunto. Qualquer trabalho de cunho científico se inicia com a pesquisa bibliográfica, pois permite ao pesquisador conhecer o que já foi estudado sobre o assunto que se pretende investigar, podendo ser por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de web. No entanto, o pesquisador deve estar atento a veracidade dos dados obtidos, observando se há incoerência e contradição nas obras consultadas. Assim como também, nos materiais tirado da internet, pois devemos estar alerta à confiabilidades das informações coletadas eletronicamente.

A pesquisa bibliográfica, possibilita o investigador a colher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema ao qual procura-se resposta, sendo capaz

de atender as peculiaridades dos alunos em sua formação acadêmica e a de diversos pesquisadores na elaboração de trabalhos inéditos.

Desta forma, autores como Lima (2007), Medina (2002), Padilha (2005), Saviani (2003), Vasconcelos (2013), Veiga (2002), dentre outros contribuíram positivamente para a elaboração deste trabalho.

Nos trabalhos científicos também pode-se utilizar a pesquisa de campo, que possibilita uma maior aproximação com a realidade presente no campo, bem como proporciona conhecimento daquilo que se deseja estudar e investigar.

Doxsey e De Riz (2003 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009) destacam que a pesquisa de campo trata-se de um estudo empírico, no qual o pesquisador terá contato direto com seu objeto de estudo, fazendo uso das técnicas e instrumentos específicos para coleta de dados. O pesquisador irá escolher seus instrumentos de pesquisa de acordo com suas necessidades e tempo disponível para a devida aplicação. Algumas pesquisas fazem uso de mais do que um instrumento ou método de coleta de dados.

A coleta de dados é uma das etapas do trabalho científico muito importante, é através dela que o pesquisador alcançará os objetivos propostos, e também os dados necessários para a construção do conhecimento daquilo que se deseja investigar. Durante esta etapa várias informações são coletadas e analisadas pelo pesquisador. Para escolher o instrumento a ser utilizado em uma pesquisa deve-se levar em conta as hipóteses de trabalho e a definição dos dados decorrentes da problemática. Portanto, o instrumento usado para o desenvolvimento deste estudo será, o questionário com perguntas abertas.

É um instrumento bastante usado nos trabalhos de campo, por ser constituído de perguntas simples que devem ser respondidas por escrita pelos sujeitos investigados, sem a presença do investigador. Objetiva levantar opiniões, expectativas, crenças, interesses e situações vivenciados no dia a dia (GIL, 2008). No momento da elaboração do questionário o pesquisador deve fazer uso de uma linguagem simples e clara, para que, quem vai responder compreenda com clareza o que está sendo perguntado, visando alcançar os objetivos da pesquisa.

Prodanov e Freitas (2013), ressalva que o questionário deve sempre está acompanhado de instruções, de modo que explique a finalidade da pesquisa, e a importância das respostas, e ainda que possa despertar o interesse do respondente

em participar. E que, seja também, um questionário não muito extenso, para que não se torne algo enfadonho para o investigado.

As perguntas elaboradas no questionário dessa pesquisa, estavam relacionados a participação do coordenador pedagógico frente a elaboração do PPP, na unidade de análise. Foram entregues para o gestor e alguns professores, sendo que as perguntas de todos os participantes eram iguais, visando que as respostas dadas por eles, possam caracterizar a população escolhida, e principalmente testar as hipóteses levantadas durante o planejamento da pesquisa.

A unidade de análise será uma escola municipal da zona rural de Lagoa Grande do Maranhão - MA. Os sujeitos da pesquisa foram 01 (um) gestor e 10 (dez) professores. Quanto aos sujeitos da pesquisa, foi escolhido, o gestor da escola, e entre os 17 (dezesete) docentes, apenas 10 (dez), que aparentemente, estavam disponíveis a participarem da pesquisa. No entanto, obtive retorno apenas de 05 (cinco) questionários - 01 (um) do gestor e 04 (quatro) dos professores, sendo que 01 (um) dos docentes ainda estava incompleto. Todavia, uma das desvantagens de usar o questionário como instrumento de coleta de dados, é a pequena quantidade de questionário que volta. Apesar da quantidade de participantes, não ter sido muito significativa, espera-se que possa ser obtida as informações, e os conhecimentos adequados para substanciar a pesquisa.

Além da introdução e conclusão, a estrutura desse trabalho está dividida em quatro capítulos: o primeiro discorre sobre um breve histórico sobre a função do coordenador pedagógico na escola, ressaltando a importância desse profissional no âmbito escolar.

O segundo capítulo aborda o coordenador pedagógico frente a elaboração e implementação do projeto político pedagógico, destacando as principais contribuições que o coordenador poderá proporcionar à formação dos docentes, visando a melhoria de suas práticas pedagógicas em sala de aula.

O terceiro capítulo refere-se aos procedimentos metodológicos utilizados para delineamento da pesquisa, nesta serão apontado os caminhos a serem percorrido durante a pesquisa, bem como suas etapas. A abordagem a nortear o projeto será qualitativa, quanto aos fins, será descritiva.

O quarto capítulo aborda a análise dos resultados e discussão obtidos através da coleta de dados, bem como a caracterização da escola campo, e

respectivamente, dos participantes da pesquisa; e ainda a explanação das respostas dadas pelo sujeito investigados com base no estudo teórico.

## 2 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A FUNÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NA ESCOLA

Ao longo dos anos a sociedade têm sofrido diversas transformações, principalmente na área da educação. Desta forma, vale destacar aqui alguns conceitos, para melhor compreendermos todos os desdobramentos ocorridos, até chegarmos ao ponto em que estamos, mais precisamente no que diz respeito ao trabalho do coordenador pedagógico.

Segundo Ferreira (2010, p. 199) *coordenação* significa “ato ou efeito de coordenar”, e *coordenar* quer dizer “dispor segundo certa ordem e método; compor - organizar e/ou dirigir, dando orientação”. Em estudos realizados ao longo dos anos por diversos estudiosos da educação o termo coordenação pedagógica vem sofrendo algumas alterações ao longo dos anos. Por muito tempo o coordenador pedagógico era chamado de supervisor escolar, só recentemente essa palavra foi modificada.

Muito antes de ganhar esse status, já povoava o imaginário da escola sob as mais estranhas caricaturas. Às vezes, atuava como fiscal, alguém que checava o que ocorria em sala de aula e normatizava o que podia ou não ser feito. Pouco sabia de ensino e não conhecia os reais problemas da sala de aula e da instituição. Obviamente, não era bem aceito na sala dos professores como alguém confiável para compartilhar experiências. Outra imagem recorrente desse velho coordenador é a de atendente. Sem um campo específico de atuação, responde às emergências, apaga focos de incêndios e apazigua os ânimos de professores, alunos e pais. Engolido pelo cotidiano, não consegue construir uma experiência no campo pedagógico. Em ocasiões esporádicas, ele explica as causas da agressividade de uma criança ou as dificuldades de aprendizagem de uma turma (AUGUSTO, 2006, p. 1).

O termo supervisor foi usado pela primeira vez na área da indústria, relacionado a fiscalização das produções, como uma forma de garantir a melhoria, quantidade e qualidade dos produtos, surge da necessidade de orientar os profissionais sobre a melhor forma de trabalhar. Mas também da precisão de controle sobre todo trabalho das fábricas, com funções específicas de planejar e controlar. E posteriormente o termo se integrou também na área da educação, mais precisamente no ano de 1900, com o intuito de colaborar para melhoria do desempenho das escolas. Mediante a ação educativa, pensando sempre nas necessidades dos alunos. Anos depois a coordenação foi se definindo melhor, ganhando novos rumos. E em 1920 este profissional se dedicou mais a formação

dos professores, tentando melhor orienta-los nas escolhas dos materiais didáticos que pudessem garantir um melhor rendimento educacional (CARLOS; LODI, 2012).

Inicialmente, o supervisor na área educacional era visto como apenas um fiscalizador do trabalho dos demais profissionais, logo seu trabalho estava ligado a ideia de controle e garantia de execução das atividades educacionais já planejadas. Assim, vale destacar as palavras de Almeida e Soares (2010, p. 21), onde destacam que “[...] surge a função supervisora que, na escola, caracteriza-se pela divisão de tarefas entre aqueles que definem, acompanham e controlam o processo de ensino (os supervisores) e aqueles que desenvolvem a atividade docente (os professores)”.

Para Saviani (2003, p. 26) a Supervisão Escolar surge: “[...] quando se quer emprestar à figura do inspetor um papel predominantemente de orientação pedagógica e de estímulo à competência técnica, em lugar da fiscalização para detectar falhas e aplicar punições [...]”. Vale aqui ressaltar as palavras de Saviani, quanto ao papel, que ele define como função inicial do Supervisor frente as suas obrigações no cenário educacional. Para ele, inicialmente este profissional era visto como alguém que só se empenhava em fiscalizar o trabalho dos professores, negando qualquer contribuição para melhoria do trabalho do mesmo.

Após a Revolução Industrial, quando o campo de trabalho muda da zona rural para a zona urbana, mais precisamente, com a mudança da agricultura para a indústria, o número de matrículas nas escolas aumentou bastante, pois ela se tornou a principal fonte de educação, tudo estava acontecendo com tanta rapidez que as pessoas que eram escolhidas para ensinar não eram tão preparadas para serem docentes. Com todos estes fatos, surge a necessidade de cursos de formação para esses professores, que neste período se tornou obrigatório, para que estes profissionais pudessem atender tanta demanda (MULLER, 2011).

Para melhor compreender esse tema, vale destacar as palavras de Saviani:

Com o processo de institucionalização generalizada da educação já se começa a esboçar a ideia de supervisão educacional, e que vai se evidenciando na organização da instituição pública desde a sua manifestação, ainda religiosa, nos séculos XVI e XVII com as propostas de Lutero, Calvino e Melanchthon, com Comenius, os jesuítas e os lassalistas passando, nos séculos XVIII e XIX às propostas de organização de sistemas estatais e nacionais, de orientação laica, até as amplas redes escolares instituídas no século atual (SAVIANI, 2003, p. 19).

Segundo Lima (2001) no final da década de 50 e início da de 60, o Brasil firmou um acordo com os Estados Unidos da América onde o coordenador, que antes era chamado de inspetor reaparece com uma nova roupagem, agora mais modernizado que supostamente passa a ser chamado de supervisor escolar, tudo isso ocorreu devido a percepção que os governantes adquiriram nessa época, a de que a educação sempre foi a alavanca para a transformação da sociedade.

Nesse mesmo período, após o acordo fechado pelo Brasil e a América é que foi elaborado o Programa Americano-Brasileiro de Assistência ao Ensino Elementar (PABAE), com o intuito de melhorar a educação, através do modelo de educação americano. Era um programa responsável pela formação dos professores das séries primárias das três esferas - federal, estadual e municipal (LIMA, 2001).

Para melhor compreendermos o PABAE, cabem aqui as palavras de Medina que destaca uma das ideias contidas em um dos objetivos do PABAE:

Introduzir e demonstrar aos educadores brasileiros os métodos e técnicas utilizados na educação primária, promovendo a análise, aplicação e adaptação dos mesmos, a fim de atender às necessidades comunitárias em relação à educação, por meio do estímulo à iniciativa do professor, no sentido de contínuo crescimento e aperfeiçoamento. Criar, demonstrar e adaptar material didático e equipamento, com base na análise de recursos disponíveis no Brasil e em outros países, no campo da educação primária (MEDINA, 2002 *apud* PABAE, 1964, p. 4-5).

Medina consegue com suas palavras esclarecer o tamanho da importância que esse programa teve aqui no Brasil, deixando explícito o quanto ele foi tido por aqui como uma grande novidade educacional, destacando amplas inovações com foco na área pedagógica, e principalmente preocupando-se em reformular a educação brasileira. Nesse primeiro momento, os técnicos da PABAE acreditavam que apenas capacitando os professores, com os cursos normais do programa garantiria a eficácia das propostas impostas pelo o programa. Posteriormente, perceberam que se formassem os coordenadores obteriam maior sucesso em suas ações, pois o coordenador teria relação direta com o trabalho dos professores para com o ensino. E juntos atuariam, segundo a visão educacional estabelecida pela PABAE. Assim destaca Lima (2001, p. 71):

formou a primeira leva de supervisores escolares para atuar no ensino elementar (primário) brasileiro, com vistas à modernização do ensino e ao preparo do professor leigo. A formação de tais supervisores se deu segundo o modelo de educação americano que enfatizava os meios (métodos e técnicas) de ensino.

Durante um certo período muitas leis foram criadas para melhor caracterizar o trabalho dos coordenadores. Mas foi em 20 de dezembro de 1996 que aqui no Brasil foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96. As funções deste profissional não estão nítidas, porém, de forma meio implícita valoriza a atuação do coordenador, no sentido de que seu trabalho possa melhorar a qualidade do ensino. A partir disso, se torna obrigatório esse profissional ser especializado conforme traz o Art. 64:

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional (BRASIL, 1996, p. 91).

Após a promulgação dessa Lei 9.394/96, a coordenação passou a ser alvo de discussões por estudiosos na área, e de interesse dos governantes. Nos diversos setores educacionais, a coordenação passou a ser sinônimo de controle da qualidade do ensino, e também, de proporcionar condições necessárias para a eficácia da educação. No entanto, era exigido desse profissional uma qualificação adequada, mais precisamente formação em nível superior.

Após a promulgação da LDBN, o coordenador passou a ser visto como um especialista em educação, com formação acadêmica para exercer suas funções. Urbanetz e Silva (2008) afirmam que a partir de então os trabalhos no interior das escolas passaram a ser melhor definidos, responsabilizando também o coordenador pedagógico como um profissional responsável pelo processo educacional.

Todas essas discussões com relação ao coordenador, encandearam diversas mudanças do interior das escolas, sua função social e seu compromisso político pedagógico foram repensadas com uma nova visão, a de cunho democrático. O conceito de que o coordenador detinha um poder hierárquico dentro das instituições de ensino, passou a ser superado. Para Almeida e Soares (2010, p. 38) o coordenador continha “uma função de acompanhamento, apoio e suporte pedagógico calcada na organização coletiva do trabalho escolar”. Ainda sobre isso, Lima (2001, p. 70) relata “a partir de 1925, nota-se uma maior importância das ciências comportamentais na supervisão. Surge então a introdução de princípios democráticos nas organizações educacionais, aplicando-os ao papel do supervisor como líder democrático”.

Já podemos observar anteriormente que a coordenação manteve-se por muito tempo como uma profissão apenas de vigilância e controle, como garantia da eficiência do ensino. Era visto como alguém que determinava as diretrizes de trabalho, o que é observável nas palavras de Lima (2001, p. 70):

No final do século XIX e início do século XX, a supervisão passou a preocupar-se com o estabelecimento de padrões de comportamento bem definidos e de critérios de aferição do rendimento escolar, visando à eficiência do ensino. No começo do século XX, pode-se verificar a utilização dos conhecimentos científicos na melhoria de ensino e na medida dos resultados de aprendizagem dos alunos.

Enfim, assumir esse cargo é ter a plena certeza que não será mais apenas um fiscalizador do trabalho dos professores. Mas sim, um profissional que terá de estar todos os dias em busca de novos aprendizados para melhor contribuir com a formação dos professores e conseqüentemente com a aprendizagem dos alunos.

Portanto, espera-se que, a partir desse breve histórico sobre esta profissão, possamos melhor compreender o contexto atual deste profissional. Uma vez que, ficou notório o tamanho da importância que o coordenador pedagógico adquiriu com o passar dos anos no cenário educacional.

### **3 O COORDENADOR PEDAGÓGICO FRENTE A ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

Com a demarcação da função do coordenador pedagógico nesse novo tempo, não se pode deixar de reconhecer a importância desse agente na mediação do trabalho pedagógico nas instituições escolares do Brasil a fora. Sabe-se que são instigantes as questões que envolvem professor e alunos na execução do processo de ensino/aprendizagem, e uma vez somando com a utilidade de um coordenador para juntos aos demais, gestor, professor e alunos, unidos a um propósito de dá qualidade a educação, elevar os índices de aprendizagem dos discentes e referenciar a unidade de ensino, entre outras, como coloca Piletti (1998, p. 125):

acompanhar o professor em suas atividades de planejamento, docência e avaliação; fornecer subsídios que permitam aos professores atualizarem-se e aperfeiçoarem-se constantemente em relação ao exercício profissional; promover reuniões, discussões e debates com a população escolar e a comunidade no sentido de melhorar sempre mais o processo educativo; estimular os professores a desenvolverem com entusiasmo suas atividades, procurando auxiliá-los na prevenção e na solução dos problemas que aparecem.

O referido autor nos faz refletir sobre a responsabilidade do coordenador em conscientizar os demais profissionais que compõe a escola, como os professores, mostrando que o ambiente escolar é um espaço de transformações. Nos mostra ainda, a importância do diálogo dentro da instituição, pois para que a mesma alcance sua autonomia e uma educação de qualidade deve levar em conta a visão do coletivo, que pode guiar seu trabalho, e claro respeitando sempre a opinião da maioria. Segundo Vasconcelos (2013) o coordenador sozinho não é capaz de transformar a educação, ele precisará sempre do apoio de sua equipe, para que juntos possam articular seu trabalho. Portanto, são inúmeras situações relevantes a presença do coordenador em uma unidade de ensino, configurando um trabalho na melhoria da qualidade educacional a toda comunidade.

Porém, em algumas escolas a função do coordenador é mal interpretada, muitas vezes por falta de conhecimento por parte dos gestores e até mesmo dos próprios coordenadores pedagógico, em relação à sua real função, e acaba sendo como nomeou Lima e Santos, (2007. p.79):

que, várias metáforas são construídas sintetizando o seu papel e função na escola com distintas rotulações ou imagens, dentre elas, a de “bom-bril” (mil e uma utilidades), a de “bombeiro” (o responsável por apagar os fogos dos conflitos docentes e discentes), a de “salvador da escola” (o profissional que tem de responder pelo desempenho de professores na prática cotidiana e do aproveitamento dos alunos). Além destas metáforas, outras aparecem definindo-o como profissional que assume uma função de gerenciamento na escola, que atende pais, alunos, professores e também se responsabiliza pela maioria das “emergências” que lá ocorrem, isto é, como um personagem “resolve tudo” e que deve responder unidirecionalmente pela vida acadêmica da escola.

Dentro desse contexto não se pode esperar grandes avanços do coordenador, acredita-se que muitas perguntas ficam sem respostas e muitos objetivos deixam de ser concretizados devido ao acúmulo de atribuições delegadas a este profissional. Supõe-se que esta situação ainda perdure em vários municípios, onde poucas escolas têm o seu coordenador específico, e que em muitas situações seja de um coordenador para várias escolas, assim, ficando mais difícil com tantas atribuições a serem realizados caracterizando um trabalho de “faz de conta” e poucos resultados são alcançados, contudo, se confirmando o que relata Bartman (1998, apud LIMA; SANTOS, 2007, p. 3):

o coordenador não sabe quem é e que função deve cumprir na escola. Não sabe que objetivos persegue. Não tem claro quem é o seu grupo de professores e quais as suas necessidades. Não tem consciência do seu papel de orientador e diretivo. Sabe elogiar, mas não tem coragem de criticar. Ou só crítica, e não instrumentaliza. Ou só cobra, mas não orienta.

Nesse sentido, as palavras dos autores nos fazem referências a verdadeira realidade de muitos coordenadores, que durante seu trabalho não conseguem diferenciar autoridade de autoritarismo, bem como não sabem qual suas funções dentro da escola, muitas vezes por não conhecer, ou mesmo pela falta de coragem para exercer sua prática, desconhecendo o verdadeiro valor e relevância de seu papel enquanto coordenador no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos. Esse tem sido apenas um dos vários desafios que estes profissionais têm enfrentado cotidianamente no ambiente escolar, dificultando o alcance de um trabalho satisfatório.

Uma vez, conceituado planejamento escolar segundo Souza, Golveia, Silva e Schwendle (2005) se concretiza pela elaboração de seu Projeto Político Pedagógico (PPP). Na perspectiva desenvolvida, deve pautar-se pelo princípio da busca da unidade entre teoria e prática, e se institui como momento privilegiado de tomada de decisões acerca das finalidades da educação básica. O planejamento no

âmbito da unidade escolar caracteriza-se como meio, por excelência, do exercício do trabalho pedagógico de forma coletiva, ou seja, como possibilidade ímpar de superação da forma fragmentada e burocrática de realização desse trabalho. O mesmo coloca que o Projeto Político Pedagógico materializa-se os diferentes momentos do planejamento escolar na definição de um marco referencial, na elaboração de um diagnóstico e na proposição de uma programação com vistas à implementação das ações necessárias à realização de uma prática pedagógica crítica e reflexiva. Assim sendo, o espírito de trabalho coletivo pode-se denominar como planejamento participativo da escola, pois o mesmo envolve os atores que dela fazem parte como pais, alunos, professores, gestor, coordenador, supervisor, porteiro entre outros, tendo aí, uma grande importância do coordenador na articulação de todos para juntos decidir o melhor para a unidade de ensino. Sendo um trabalho árduo, pois envolvem muitas opiniões tornando difícil a uma conclusão de ideia.

Construir o PPP de uma instituição não é uma tarefa fácil, requer de seus integrantes a definição de rumos políticos e pedagógicos. Exige-se clareza no estabelecimentos de objetivos a serem alcançados. No entanto, mais do que isso é necessário conhecer os significados reais dos termos: projeto, político e pedagógico.

Com relação aos significados dos termos projeto político e pedagógico Vasconcelos afirma que:

É o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação (VASCONCELOS, 2013, p. 45).

O Projeto Político Pedagógico é um documento muito importante para a instituição, uma vez que ele funciona como uma bússola, norteando as ações e organizando as atividades, funciona também como um registro que permite a escola rever suas intencionalidades e sua história.

Segundo Anjos (2011) o coordenador leva os educadores à conscientização de uma nova postura, acredita na possibilidade de formar a realidade e também acredita na escola como um espaço adequado para um bom ensino-aprendizado. O mesmo é apenas um dos atores que compõem o coletivo da

escola, para coordenar, direcionando suas ações para a transformação, necessitando estar consciente que seu trabalho não se dá isoladamente, mas nesse coletivo mediante a articulação dos diferentes atores, sendo ele, o principal ator no direcionamento da unidade de ensino no sentido de uma construção de seu plano maior que é o Projeto Político Pedagógico da escola.

Como já foi supracitado anteriormente pelos autores podemos observar quão é importante a participação do coordenador pedagógico no planejamento escolar. Assim como esse profissional tem enfrentado diversos desafios para cumprir com seu papel.

O planejamento faz parte da vida de cada indivíduo, dessa forma a escola não poderia ficar de fora, ela também necessita de planejamento para alcançar seus objetivos com sucesso. Pois a escola tem um papel imprescindível na sociedade, especialmente, por contribuir com o desenvolvimento da cidadania.

O coordenador pedagógico é peça fundamental no planejamento das instituições de ensino, uma vez que ele é um agente articulador do diálogo, e promove a reflexão em torno das relações escolares e do trabalho pedagógico. Um dos momentos em que o trabalho do coordenador fica em total evidência é quando há a elaboração e avaliação do PPP, pois é aí que os vínculos e relações são claramente observados. Contudo, o coordenador tem buscado ainda definir sua identidade e seu perfil profissional.

Deste modo, o coordenador deve ser uma pessoa aberta ao diálogo, que saiba ouvir, seja leitor, estudioso, criativo, estar aberto a inovações, aceitar críticas, criticar, instigar e motivar sua equipe, exercer seu papel de líder junto aos seus colegas, de modo a garantir o cumprimento dos objetivos proposto nos planejamentos.

Para Ferreira apud Veiga (2002, p. 12) o termo projeto em seu sentido etimológico vem de uma “palavra de origem latina *projectu*, particípio passado do verbo *projicere*, que significa lançar para diante”. Significando planejar algo baseado no presente que seja possível conquistar no futuro. Deste modo, toda escola que elabora seu projeto, planeja o que quer fazer e realizar. Portanto, o projeto delinea um rumo, uma direção para as escolas.

De acordo com Gadotti apud Veiga, (2002, p. 12):

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de estabilidade e buscar uma nova instabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.

O projeto da escola tem caráter pedagógico e político. É político por estar envolvido com interesses sociopolíticos, com o compromisso de formar cidadãos para um tipo de sociedade. Mas também possui sua dimensão pedagógica, que visa à concretização do objetivo final da escola, que é a formação de cidadãos críticos e criativos, através da seleção e organização dos conteúdos e métodos, da organização do ensino e do trabalho escolar. Portanto, político e pedagógico são dois termos inseparáveis, um está sempre em função do outro (VEIGA, 2002).

Segundo o que foi exposto anteriormente pelos autores a sociedade tem se modificado bastante, e junto com ela a necessidade das escolas de traçarem estratégias para conseguir alcançar seus objetivos. E uma dessas estratégias como foi bem exposta pelo autor, constituiu a criação do Projeto Político Pedagógico nas unidades escolares.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), Lei nº 9.394/96, pode-se observar no Art.12, Inciso I, que ela atribui às escolas a incumbência de “elaborar e executar sua proposta pedagógica” (BRASIL, 1996, p. 31). E os professores devem participar da elaboração dessa proposta. De acordo com a LDB, fica claro que as escolas terão o dever de elaborar seu Projeto Político Pedagógico coletivamente com o intuito de adequar suas práticas educativas a sua realidade, e assim oferecer um ensino de qualidade.

Sabemos que a escola só cumprirá seu objetivo final, se a construção do seu PPP estiver alicerçada em bases legais, no entanto adequadas as características de sua clientela. Porém sua construção se dará a partir da participação de toda comunidade escolar (VEIGA, 2002). Mas para que o PPP seja um instrumento clareador das práticas educativas precisamos entendê-lo em sua essência. Dessa forma destacam-se aqui as palavras de Romão e Gadotti (1994, apud PADILHA 2007, p. 44), onde afirmam que:

É preciso entender o projeto político-pedagógico da escola como um situar-se num horizonte de possibilidades na caminhada, no cotidiano, imprimindo uma direção que se deriva de respostas a um feixe de indagações tais como: que educação se quer e que tipo de cidadão se deseja, para que projeto de sociedade? A direção se fará ao se entender e se propor uma organização que se funda no entendimento compartilhado dos professores, dos alunos e demais interessados em educação.

Portanto, as palavras do autor fazem referência para o verdadeiro significado e finalidade do PPP. O mesmo deveria ser utilizado diariamente pelos profissionais da escola, pois é ele quem consolida a identidade da mesma, onde também é considerado o eixo norteador das práticas educativas da instituição.

Muitas são as discussões acerca do Projeto Político Pedagógico nas escolas públicas brasileiras que estão referenciadas por importantes autores contemporâneos da área, mas o que não podemos deixar de elucidar aqui é a realidade em que essas escolas se encontram. Em muitos casos, várias delas sequer possuem um PPP.

Não dar pra entender por qual motivo essa situação perdure até hoje no cenário educacional brasileiro. Já que é uma meta estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/ Lei n.º 9.394/96 que fundamenta a Educação. Não dar pra dizer que uma escola que não possui PPP esteja realizando um bom trabalho frente aos diversos desafios da sociedade contemporânea.

Para Gandin (1999, p. 27):

Quando as pessoas – e as instituições – organizam e decidem sua prática, para, de alguma forma, intervir na realidade, utilizam um esquema padrão de pensamento. Nas ações com resultados satisfatórios, há uma constância na sequência dos passos que são vividos.

O autor faz referência às intenções que a comunidade escolar deve possuir na hora da elaboração de seu projeto. Todos devem caminhar para um mesmo rumo, em busca das mesmas finalidades com intuito de alcançar a cidadania, nos aspectos culturais, políticos, sociais de formação profissional e humanística. Portanto, não pode-se mais aceitar esta cruel realidade da maioria das escolas, não dar pra cumprir apenas deliberações impostas pelas secretarias, pois com um PPP as instituições de ensino têm a liberdade de decidir sobre suas próprias aspirações, incluindo em seu currículo projetos emancipatórios que busquem valorizar suas singularidades.

Não é novidade que as escolas enfrentam diversos desafios para poder conseguir alcançar seus objetivos. E é impossível pensar em uma escola que busque qualidade no ensino sem que se construa e vivencie coletivamente seu PPP. Assim Veiga e Resende (1998, p. 13) afirmam que “[...] ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo na escola”.

O PPP visa mostrar a visão macro do que a escola pretende ou idealiza fazer, seus objetivos, metas e estratégias permanentes, tanto no que se refere às suas atividades pedagógicas, como às funções administrativas. Sem o PPP a escola não possui um rumo, uma direção para a execução de suas ações, os planejamentos são feitos muitas vezes de forma individualizada.

Freitas destaca a importância do PPP da seguinte forma:

O projeto pedagógico não é uma peça burocrática e sim um instrumento de gestão e de compromisso político e pedagógico coletivo. Não é feito para ser mandado para alguém ou algum setor, mas sim para ser usado como referência para as lutas da escola. É um resumo das condições e funcionamento da escola e ao mesmo tempo um diagnóstico seguido de compromissos aceitos e firmados pela escola consigo mesma – sob o olhar atento do poder público (FREITAS et al., 2004, p. 69).

O autor deixa bastante claro em suas palavras que o PPP da escola quando é bem elaborado e administrado corretamente, pode ajudar de forma decisiva no alcance de seus objetivos. E que sua ausência, por outro lado, pode ser considerado um descaso com a escola, com os alunos, e até mesmo com a própria comunidade escolar. Pois, certamente refletirá no desenvolvimento da sociedade em que ela está inserida.

Muitas são as dúvidas em torno da elaboração, ou até mesmo da necessidade de um PPP na escola por parte da comunidade escolar. O corpo docente envolvido na elaboração do projeto podem apresentar em sua maioria dificuldades em expor suas ideias, no entanto, cabe ao coordenador pedagógico promover condições de modo a orientá-los para que juntos desenvolvam um bom trabalho.

Gadotti (2000) acredita que um dos maiores obstáculos que a escola enfrenta na construção do projeto também é o tempo. Sabe-se da dinâmica vivida nas escolas e o quanto a escassez de tempo está presente em seu cotidiano, bem como dos esforços feitos pela equipe gestora e pedagógica para dar conta do recado.

Veiga (1998) considera o momento de construção do projeto muito delicado, pois é um momento de muita reflexão, de decidir finalidades, onde tudo isso vai ser discutido com todos os envolvidos no processo educacional. É durante esse processo que serão definidos valores, fundamentos teóricos e metodológicos, envolverá diversos personagens, onde terão que se comprometer em respeitar as diversidades existentes.

Porém, vale ressaltar que o PPP por se só não será o responsável por solucionar todos os problemas de uma escola. E solucionará, dependendo do comprometimento dos seus agentes de construção. Os benefícios que o PPP trará para as escolas são inúmeros, mas todos os envolvidos no processo devem ter o mesmo foco e estarem ligados, a mesma fonte de pensamento (ZANINI, 2008).

Para que o projeto realmente transforme a realidade de sua escola, sua elaboração deve ser feita através de um bom estudo de caso do contexto externo da sociedade em que a instituição se insere, para uma melhor compreensão de influências histórica, cultural e social, estabelecendo ações que abordem aspectos sociais e educacionais (GANDIN, 1999).

Cabe aqui ressaltar que é indiscutível a implementação de ações inovadoras, ações essas que devem possuir finalidades diante dos objetivos a serem seguidos pela instituição. Desta forma entende-se que ações ultrapassadas, repetitivas ou aleatórias devem ser retiradas das práticas educativas. Pois, são as ações responsáveis pelas mudanças, Vasconcelos (2013) diz que são as ações que transforma a realidade, que apenas o querer não é condição para transformar algo. Todavia, Vasconcelos também destaca que a aplicação de ações inovadoras ainda apresentam certas dificuldades. O homem está tão acomodado em apenas receber e aplicar coisas já prontas que acaba não encarando as ações inovadoras como mediação na busca de mudanças efetivas nas práticas educativas.

O PPP é de fundamental importância para as instituições de ensino. Pois este documento deve explicitar as principais características que toda comunidade pretende construir na escola, e quais formações querem ali oferecer. No Projeto deve conter relações globais e locais, para que seus alunos estejam conectados com os acontecimentos globais de seu tempo. Por isso, antes de qualquer coisa, é preciso que todos os integrantes envolvidos no processo de elaboração do projeto conheçam bem a sociedade em que se inserem, para que assim possam traçar estratégias para o desenvolvimento de suas práticas educativas.

Portanto, não basta só falar da necessidade de um PPP, precisa-se mais do que isso. É preciso apresentar de forma geral as partes que compõe esse projeto, o que de fato irá constar nele e como ele deverá ser elaborado e aplicado. E deixar claro que a participação de todos é essencial para alcance dos objetivos proposto pelas escolas. Não dar mais para fingir que está tudo bem, quando na verdade estão todos sem rumo, pois o PPP é o norteador das ações pedagógicas dentro da instituição de ensino.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo busca caracterizar a pesquisa baseada na metodologia científica utilizada para abordagem do problema, visando o alcance dos objetivos, e no que diz respeito aos instrumentos de coleta e análise dos dados, bem como ao contexto da pesquisa. Contém ainda as respostas dadas pelo gestor e os professores/as.

### 4.1 Caracterização da escola

Foi pesquisada uma escola municipal, que fica situada no povoado Lagoa do Encontro, zona rural do município de Lagoa Grande do Maranhão. Foi fundada em 1981, funciona em prédio próprio nos turnos matutino com a modalidade Ensino Fundamental do 2º ao 4º ano com 108 alunos, no turno vespertino funciona o Ensino Fundamental do 5º ao 7º ano com 128 alunos e no turno noturno o Ensino Fundamental 8º e 9º ano com 77 alunos. Sobre a estrutura física da escola campo a mesma possui 05 salas, 01 secretaria, 02 banheiros, 01 cantina, 01 sala de informática e biblioteca, 01 almoxarifado e 01 pátio. Fazem parte do quadro de profissionais da escola 01 diretor, 01 coordenador, 17 professores, 02 agentes administrativos, 02 vigias e 04 zeladoras ou merendeiras.

O aspecto físico da unidade encontra-se em boas condições de conservação. As salas de aula possuem iluminação adequada, são bem arejadas e possuem carteiras suficientes para uso de todos os alunos em bom estado. A instituição dispõe também de um Regimento Interno, de uma Grade Curricular que cumpre uma carga horária de 200 dias letivo, um Calendário Escolar com a inclusão das datas comemorativas do município e um Projeto Político Pedagógico (PPP), ambos elaborados pela Secretaria Municipal de Educação.

A escola recebe fundo do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que são utilizados para a compra de recursos didático pedagógicos e físicos.

A escolha por essa escola se deu por acreditar que a escola em questão precisaria refletir como tem sido a participação do coordenador pedagógico quanto a elaboração e implementação do PPP, e também pela disponibilização dos entrevistados.

## 4.2 Caracterização dos participantes

Foram convidados um gestor escolar, dez professores, mas somente quatro docentes participaram da pesquisa. Desta forma, caracteriza-se o perfil dos sujeitos, da seguinte maneira: dos cinco sujeitos que responderam os questionários, dois estão entre 20 e 30 anos; e três entre 31 e 40 anos. Entre os investigados temos quatro do gênero feminino, e um do gênero masculino, todos possuem mais de seis anos de exercício profissional. Quanto aos vínculos de trabalho, três são efetivos e dois são contratados.

Tentando compreender a composição dos sujeitos que participaram da pesquisa, ainda há a necessidade de apresentar a atual formação dos sujeitos: um buscou a complementação do curso de Serviço Social com a especialização em Gestão de Projetos Sociais. Um é formado em Letras e com especialização em Língua Portuguesa e Literatura. Um é formado em Licenciatura em Geografia. Um ainda está cursando Licenciatura em Pedagogia. E um apenas com Magistério. A investigação se deu com um gestor que foi denominado de G1, e quatro docentes. Os docentes da escola foram denominados como: P1, P2, P3 e P4.

## 4.3 Análises e falas dos participantes

Dando início a investigação ao gestor e professores foram indagados se na escola em que eles trabalhavam possuía o Projeto Político Pedagógico (PPP), o gestor e professores disseram que:

Gestor:

Sim (G1).

Professores:

Acho que sim, nunca vi (P1).

Acho que sim (P2).

Sim, mas desconhecido pela classe (P3).

Sim (P4).

Em consonância com as falas dos participantes a escola possui um PPP, mas que não é de conhecimentos dos mesmos, o que acaba invalidando os possíveis benefícios que ele poderia trazer para a melhoria da qualidade do ensino.

Uma vez que para Veiga (2002), o PPP deve ser construído coletivamente. Para que assim, os envolvidos no processo educativo possam posteriormente, fazerem qualquer tipo de alterações que julgarem necessária, visando sempre oferecer uma educação de qualidade. Pois o PPP, não é simplesmente um documento que deve ser elaborado para cumprir normas burocráticas dentro da instituição de ensino mas deve ser vivenciados em todos os momentos durante o procedimento educacional.

O Projeto de uma escola visa planejar o que se pretende realizar, e fazer, partindo da realidade que se encontra, na medida do possível. É almejar um futuro melhor que o presente. Construir um PPP impõe quebrar barreiras, em busca de promessas melhores para o futuro (VEIGA, 2002). Projeto “[...] é um instrumento teórico-metodológico que visa a ajudar enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica, e o que é essencial, participativa” (VASCONCELOS, 1995, p. 143).

Em conformidade com a concepção é valido dizer que a escola não está exercendo seu trabalho de forma coesa e articulada como se espera. Uma vez que isso, só aconteceria se os envolvidos no processo de ensino, tivessem participado da elaboração do PPP de sua escola. Pois, o que se observa é que não houve essa participação, impedindo-os de definir o tipo de alunos que pretendem formar, o que precisa ser reforçado dentro da instituição, e como deliberar as finalidades para atingir os objetivos almejado pela a escola.

O segundo questionamento indagou se o coordenador pedagógico, participou da elaboração e da implementação do PPP na escola, as respostas foram:

Gestor:

Sim, eles que elaboram o PPP (G1).

Professores:

Não sei (P1).

Não sei (P2).

Sim, não (P3).

- (P4).

Ao observar as falas, é cabível dizer que, o trabalho exercido pelo coordenador pedagógico desta escola está totalmente contra ao que se espera dele,

pois a partir das falas dos investigados pode-se concluir que os professores desconhecem o trabalho exercido por este profissional.

Sabemos da importância e participação do coordenador na elaboração e implementação do PPP, uma vez que ele é o grande responsável por mobilizar a todos na construção, conscientização e sensibilização deste Projeto. É missão dele fazer a mediação entre a escola e a comunidade. Como define Duarte (2007, p. 85), “a ele cabe o compromisso político de iniciar no interior das escolas uma prática ainda não consolidada em seu dia a dia, que exige empenho, persistência e crença naquilo que se quer”.

Vale ressaltar também a participação do coordenador na elaboração e implementação do PPP, como um ato democrático. Já que, o coordenador também tem a incumbência de motivar no interior das escolas relações mais democráticas, em que gestores, professores, alunos, pais ou responsáveis, e funcionários tenham a oportunidade de opinar em qualquer assunto dentro da instituição. E isso não é apenas obrigação da gestão, mas sim de todos que dela participam.

Ressalva também a fala do gestor, quando ele coloca a responsabilidade de elaborar o PPP em outras pessoas, assim como o coordenador, esquivando-se dessa responsabilidade. Quando na verdade, sabemos que ele também deve ser autor desse documento de grande relevância para a instituição. Conforme Veiga (2002), o PPP é o elemento fundamental para propiciar uma gestão democrática, pois deve ser considerado como um processo permanente de reflexão e discussão por todos, já que nele precisa conter todos os aspectos, sejam eles pedagógicos, burocráticos dentre outros.

Reafirmando as palavras de Veiga, ressalta ainda Libâneo, Oliveira e Toschi (2011, p. 307), que “[...] cabe maior responsabilidade, especificamente, à direção e à coordenação pedagógica, as quais, no âmbito da escola, respondem mais diretamente pelas condições e pelos meios de realização do trabalho dos professores na sala de aula”.

O terceiro questionamento averiguou as ações que o coordenador pedagógico realiza na implementação do PPP, tais entrevistados responderam:

Gestor:

Essas ações desconheço, pois não temos acesso e não colaboramos enquanto esse projeto (G1).

Professores:

Na prática o coordenador deve manter o diálogo com os docentes para contribuir, um trabalho cooperativo para a realização do PPP (P1).

- (P2).

Desconheço. Seria aproximar e orientar os atores envolvidos no processo educacional (P3).

- (P4).

Observa-se que tanto o gestor quanto os professores desconhecem totalmente as responsabilidades do coordenador pedagógico dentro da instituição. E que não têm conhecimento das ações que foram elaboradas em seu PPP, pois, não souberam destacar tais ações. Mostrando que o projeto não é utilizado no cotidiano da instituição. O gestor foi bem claro em sua fala, quando coloca que os mesmos não participaram da elaboração do PPP da escola em que trabalham.

Com base nos relatos, é que Freitas (1991, apud VEIGA, 2002), em suas palavras destaca que não dar para o projeto da escola ser elaborado por alguém que não conhece sua realidade, ele deve nascer do interior da instituição. Sendo elaborado com a participação de todos os envolvidos no processo educativo.

Porém, deve haver sim a participação do Ministério da Educação, da Secretaria Estadual ou Municipal de Educação, mas não compete a eles elaborar o PPP, e nem as ações que devem ser executadas para melhoria da educação, mas sim estimular as inovações e coordenar as ações pedagógicas definidas pela a instituição. Veiga (2002, p 02) destaca que “[...] as escolas necessitam receber assistência técnica e financeira decidida em conjunto com as instâncias superiores do sistema de ensino”.

No quarto questionamento indagou se o coordenador apresenta alguma dificuldade na elaboração e implementação do PPP, e as respostas foram:

Gestor:

Acredito que sim (G1).

Professores:

Acredito que sim (P1).

Provavelmente (P2).

A ausência é a maior dificuldade. Pois, a nossa cidade tem profissionais preparados (P3).

- (P4).

Diante dos relatos, observa-se que não existe um conhecimento que implica no trabalho do coordenador pedagógico enquanto mediador das ações do PPP, que dar ênfase a uma gestão democrática, a qual visa a oferta de uma educação de qualidade. Nota-se uma insegurança nas respostas dos entrevistados, não conseguem pautar concretamente se o coordenador apresenta ou não dificuldades na execução de seu trabalho.

Isso nos faz refletir, como está sendo realizado o trabalho deste profissional no interior da instituição. Pois “esse profissional estabelece relações no diálogo, na confiança e nutre uma efetividade que permite que os conflitos cotidianos na escola sejam solucionados de maneira democrática” (ARAÚJO, 1999, apud VASCONCELLOS, 2013, p. 94).

A função do coordenador no cenário educacional nos últimos anos tem sido essencial para a oferta de uma educação de qualidade. É responsabilidade desse profissional articular o diálogo dentro da instituição, estar atento as transformações que ocorrem na comunidade escolar, promovendo uma reflexão acerca das práticas pedagógicas. E ajudando diariamente os professores, na construção do conhecimento da sua profissão. “Um das contribuições do coordenador é a prática do planejamento e formação continuada” (VASCONCELOS, 2013, p. 81).

No quinto questionamento, a indagação foi como você caracteriza a importância do coordenador pedagógico na execução do PPP:

Gestor:

Um coordenador preparado e esforçado, pois deve construir um trabalho importante, mesmo nós não tendo acesso a essa elaboração do PPP, deve conhecer as necessidades de cada escola e docentes, pontos positivos e negativos para assim desenvolver um projeto de qualidade (G1).

Professores:

O coordenador pedagógico tem uma função muito importante na realização do PPP. Ele deve conhecer a escola, os alunos e os docentes, e as necessidades de cada um, pontos negativos e positivos, para assim desenvolver um Projeto Político Pedagógico de qualidade (P1).

Com certeza é de grande importância a participação do coordenador pedagógico na elaboração e execução do PPP. Uma vez que as escolas necessitam de base para desenvolver os trabalhos de forma mais eficaz (P2).

Um profissional preparado para ajudar os professores na compreensão de sua práxis educativa (P3).

- (P4).

Sabe-se da necessidade, e da importância que tem o coordenador pedagógico dentro da instituição de ensino, pois ele acaba se tornando o mediador do trabalho pedagógico, que deve ser bem planejado para o sucesso escolar dos alunos, os quais precisam de estratégias metodológicas inovadas e principalmente atraentes, para que assim garantam a sua permanência até o fim de sua carreira estudantil.

Nas suas falas os participantes da pesquisa conseguem destacar a importância do coordenador, como um parceiro na concretude dos objetivos da escola. Sua função vai além de aspectos meramente burocráticos, o seu fazer pedagógico também faz-se necessário cotidianamente. “O coordenador pedagógico é, primeiramente um educador e como tal deve estar atento ao caráter pedagógico das relações de aprendizagem no interior da escola” (FREIRE, 1996, p. 35).

O coordenador deve traçar estratégias para atender todos os alunos, lhes garantindo igualdade de direitos, pois cada um traz consigo várias experiências e vivências. A escola deve propiciar a esses alunos diferentes conteúdos curriculares que possam utilizar o conhecimento que eles já possuem, respeitando o universo cultural dos mesmos, e reconhecendo sua devida importância. Aspectos esses que devem estar assegurados em seu PPP.

Enfim, toda e qualquer prática inerentes ao espaço escolar requer uma integralização e articulações com as ações definidas no PPP, não esquecendo que a qualquer momento a equipe escolar, assim como a comunidade podem estar revendo e modificando tais ações, como uma forma de garantir uma gestão democrática. “Vale ressaltar que esse perfil democrático deve ser o de todos os coordenadores” (ALMEIDA, 2001, p. 91).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente pesquisa buscou-se investigar sobre a função do Coordenador Pedagógico frente à elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico no CEF Dep. Raimundo Bogéa, da zona rural do município de Lagoa Grande do Maranhão - MA. Verificamos que a problemática abordada foi satisfatoriamente compreendida, bem como os objetivos foram alcançados.

A partir dos objetivos traçados foram constatado que na escola pesquisada, possui um PPP, mas que não é de conhecimento dos investigados, e ainda, que o coordenador não propicia a execução das ações do PPP, pois eles afirmam desconhecer tais ações.

Baseado na pesquisa bibliográfica realizada durante a pesquisa, foi possível confirmar que o coordenado possui um papel muito importante dentro da instituição de ensino, pois sua prática pedagógica contribui para a melhoria da qualidade do processo educacional. Constatamos ainda que esse profissional é responsável pela mobilização de todos os envolvidos na elaboração do PPP, visto que, esse projeto é considerado um elemento essencial para a efetivação de uma gestão democrática, que garante o envolvimento e o comprometimento de todos com a qualidade do ensino.

A pesquisa nos mostrou que o trabalho do coordenador nessa escola está acontecendo de forma insatisfatória, pois segundo as respostas dadas pelos sujeitos da pesquisa, eles não conseguem identificar como o trabalho desse profissional pode ajudá-los em sua prática pedagógica de sala de aula. Todavia, o coordenador antes de tudo é um educador, portanto, responsável pela formação continuada dos professores.

Foi possível identificar também, que o PPP da instituição não foi elaborado com a contribuição dos profissionais e da comunidade escolar que ali habitam, indo totalmente contra ao que acreditamos que seja o certo. Pois segundo ao referencial teórico estudado, esse projeto deve nascer do chão da escola, pois só assim estaria adequado para o uso. Uma vez que, nele iria conter realmente, as necessidades da instituição em todos os aspectos sejam eles políticos ou pedagógicos.

Assim, o coordenador pedagógico deixa de ser um profissional que poderia contribuir positivamente com o processo de ensino. Contudo, não basta

dizer que a escola possui um coordenador, ele deve ser um profissional dinâmico e atuante, assumindo as funções que é de sua responsabilidade, como um profissional facilitador, mediador e investigador da prática pedagógica. Porém, o trabalho do coordenador foi visto, como um ato meramente burocrático e administrativo.

Apesar de todas as disfunções apresentadas pelo coordenador dessa escola, não queremos aqui julgá-lo ou mesmo crucificá-lo, pois este não participou da pesquisa, e ele não pode se defender, relatando os verdadeiros motivos que não o deixam cumprir com seu papel. Pois, sabemos das diversas dificuldades que a escola pública enfrenta, como a falta de recursos financeiros suficiente para suprir as necessidades de todos os alunos, a cobrança da sociedade, o despreparo dos gestores, uma remuneração digna, sua valorização entre muitos outros, que podem acarretar a priorização do coordenador aos aspectos administrativos, esquecendo-se dos aspectos pedagógicos fundamentais a sua atribuição. Mas, isso não é desculpa para executar seu trabalho sem qualidade.

Dessa forma, após os resultados obtidos, concluímos que para alcançarmos uma educação de qualidade, em que os alunos se desenvolvam integralmente com formação científicas e cidadã, é preciso um trabalho coletivo e colaborativo entre os coordenadores, professores, gestores, alunos, pais ou responsáveis, enfim, toda comunidade escolar. Assim como, necessita também de um coordenador pedagógico consciente de seu papel.

## REFERÊNCIAS

- ANJOS, A. G. C. Dos. **O Papel do Coordenador Pedagógico**. UFRPE, 2011.
- ALMEIDA, Claudia Mara; SOARES, Kátia Cristina Dambiski. **Pedagogo Escolar: as funções supervisora e orientadora**. Curitiba: Ibpex, 2010.
- ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. **O relacionamento interpessoal na coordenação pedagógica**. In: ALMEIDA, Laurinda Ramalho de, PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. (orgs) **O Coordenador Pedagógico e o Espaço de Mudança**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- AUGUSTO, Silvana. **Desafios do coordenador pedagógico**. Nova Escola. São Paulo, n. 192, maio 2006. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/edicoes/0192/>. Acessado em: 27 de julho 2016.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - LDB nº 9.394/96. Brasília: SEF/MEC, 1996.
- CARLOS, Jaciane Aparecida; LODI, Ivana Guimarães. **A prática pedagógica em supervisão escolar: a importância da inter-relação entre o supervisor pedagógico e o corpo docente**. Evidência, Araxá, v. 8, n. 8, p. 55-66, 2012.
- CERVO, Amado Luís; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.
- DUARTE, R. C. **O Professor Coordenador das Escolas Públicas Estaduais Paulistas: análise das condições de trabalho e a construção do projeto político-pedagógico**. Dissertação de Mestrado, 132 p. Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Júlio Mesquita Filho, Araraquara, 2007.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. Coordenação Marina Baird Ferreira. 8. ed. rev. atual. - Curitiba: Positivo, 2010.
- FREITAS, L. C. et al. Dialética da inclusão e da exclusão: por uma qualidade negociada e emancipadora nas escolas. In: **Escola Viva: elementos para a construção de uma educação de qualidade social**. GERALDI, C. M. G.; RIOLFI, C. R.; GARCIA, M. F. Campinas: Mercado de Letras Edições e Livraria Ltda., 2004.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 35. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GANDIN, Danilo. **Temas para um projeto político-pedagógico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- GERHARDT, Tatiana Engel e SILVERA, Denise Tolfo (org). **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de

Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em < <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em 29 de set. 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

\_\_\_\_\_. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, Elma Corrêa de. Um Olhar Histórico sobre a Supervisão. In: RANGEL, Mary (Org). **Supervisão Pedagógica: Princípios e Práticas**. 1. ed. Campinas: Papirus, 2001. p. 69-78.

LIMA. Paulo Gomes. SANTOS. Sandra Mendes Dos. **O Coordenador Pedagógico Na Educação Básica: Desafios e Perspectivas**. Educare ET educare. Revista Educação. Vol. 2. Nº 4jul/dez, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2011.

MEDINA, A. S. **Supervisão Escolar: da ação exercida à ação repensada**. Porto Alegre: Age, 2002, 163 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MÜLLER, Camila Mariane. **A práxis supervisora educacional: do controladorismo à coordenação**. IJUÍ/RS, 2011.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político pedagógico**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PILETTI, N. **Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental**. São Paulo: Ática, 1998.

PRODANOV, Cleber Cristiano e FREITAS, Emani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico [recursos eletrônicos]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo. Feevale, 2013

SAVIANI, Dermeval. A supervisão educacional em perspectiva histórica: da função à profissão pela mediação da idéia. In: FERREIRA, Naura Carapeto (org). **Supervisão Educacional para uma escola de qualidade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003, p. 13-38.

SOUZA. A. R. de. GOUVEIA. A. B. M. SILVA. M. R. da. SCHWENDLE. S. F. **Planejamento e trabalho coletivo**. Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba: Ed. da UFPR. 2005.

URBANETZ, Sandra Terezinha; SILVA, Simone Zampier. **Orientação e Supervisão Escolar**. Curitiba: Ibpex, 2008.

VASCONCELOS, Celso S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo, SP: Libertad, 2013.

\_\_\_\_\_. **Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo**. São Paulo: Libertad, 1995.

VEIGA, I. P. A.; RESENDE, L. M. G. **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. Campinas: Papirus, 1998.

VEIGA, Ilmar Passos Alencastro. (org) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 14. ed. Campinas, SP: Papirus, 2002.

\_\_\_\_\_. **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

ZANINI, Simone Magalhães Wolff. O papel do projeto político-pedagógico na gestão democrática da escola. **Revista Gestão em Rede**, Curitiba, n. 88,p.28, setemb. 2008.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A

### CARTA DE APRESENTAÇÃO DO(A) PESQUISADOR(A)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PPPG  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA**

Prezado(a) Senhor(a),

Meu nome é Antonia Zelandia de Sousa Silva Dantas e sou cursista do **Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica**, da Escola de Gestores/UFMA, sob orientação do(a) Professor(a) Gisele Maria Araújo.

Minha pesquisa versa sobre A atuação do Coordenador Pedagógico, com o título provisório de “Uma abordagem investigativa sobre a função do coordenador pedagógico frente a elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico (PPP) no CEF DEP. Raimundo Bogéa, da zona rural do município de Lagoa Grande do Maranhão- MA”.

Nesse sentido, visando ao aprofundamento das pesquisas bibliográficas e documentais realizadas, e objetivando o aprofundamento do estudo da temática em pauta, pedimos sua colaboração enquanto gestor(a) ou professor(a) para participar de nossa pesquisa, compartilhando sua visão e impressões pessoais acerca do nosso objeto de estudo.

Contamos com a sua colaboração, pela qual antecipadamente agradecemos.

Lagoa Grande do Maranhão \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

---

Prof. Gisele Maria Araújo

Orientador(a)

---

Antonia Zelandia de Sousa Silva Dantas

Cursista

## APÊNDICE B

### CESSÃO DE DIREITOS SOBRE ENTREVISTA

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente documento, eu, \_\_\_\_\_, portador(a) da cédula de identidade Nº \_\_\_\_\_, professor(a) da rede estadual (ou municipal) de educação do Estado (ou município \_\_\_\_\_), declaro ceder ao(à) pesquisador(a) \_\_\_\_\_, estudante do Curso de Pós-graduação em Coordenação Pedagógica, da Escola de Gestores, vinculado à Universidade Federal do Maranhão - UFMA, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento que prestei à mesma.

O(A) referido(a) pesquisador(a) fica constantemente autorizado(a) a utilizar, divulgar e publicar, para fins de sua Monografia, como em qualquer publicação que esteja ligada à sua atividade de pesquisa, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, sendo preservada a minha identidade e sigilo, o qual será resguardado mediante a utilização de codinome (pseudônimo).

E, por estar de acordo, assino o presente termo.

Lagoa Grande do Maranhão, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

---

Assinatura do Entrevistado

## APÊNDICE C

### GESTOR ESCOLAR

ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO DIRECIONADO AO  
GESTOR DO CEF DEP. RAIMUNDO BOGÉA DA ZONA RURAL DE LAGOA  
GRANDE DO MARANHÃO-MA

Local \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Hora: \_\_\_\_\_

#### I - Caracterização do (a) Gestor (a):

1. Nome: \_\_\_\_\_

2. Gênero: M (  ) F (  )

3. Faixa etária: (  ) 20 a 30 (  ) 31 a 40 (  ) 41 a 50 (  ) 51 a 60 (  ) acima de 60

4. Formação acadêmica:

(  ) Graduação. Qual \_\_\_\_\_

(  ) Especialização. Em que área? \_\_\_\_\_

(  ) Mestrado. Em que área? \_\_\_\_\_

(  ) Doutorado. Em que área? \_\_\_\_\_

5. Quantos anos de exercício profissional? \_\_\_\_\_

6. Quantos como gestor? \_\_\_\_\_

7. Quantos anos nesta escola? \_\_\_\_\_

8. Tipo de vínculo de trabalho: Efetivo (  ) Contratado (  ) Cargo de Confiança (  )

#### II - Aspectos relacionados a função do coordenador pedagógico frente a elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico (PPP):

1. A escola em que você trabalha possui PPP?

2. O coordenador pedagógico participou da elaboração e da implementação do PPP em sua escola?

3. Quais são as ações que o coordenador pedagógico realiza na implementação do PPP?
4. O coordenador pedagógico apresenta alguma dificuldade na elaboração e implementação do PPP?
5. Como você caracteriza a importância do coordenador pedagógico na execução do PPP?

## APÊNDICE D

### GRUPO DE PROFESSORES

ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO DIRECIONADO AOS PROFESSORES DO CEF DEP. RAIMUNDO BOGÉA DA ZONA RURAL DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO-MA

Local \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Hora: \_\_\_\_\_

#### I - Caracterização do (a) Professor (a):

1. Nome: \_\_\_\_\_

2. Gênero: M ( ) F ( )

3. Faixa etária: ( ) 20 a 30 ( ) 31 a 40 ( ) 41 a 50 ( ) 51 a 60 ( ) acima de 60

4. Formação acadêmica:

( ) Graduação. Qual \_\_\_\_\_

( ) Especialização. Em que área? \_\_\_\_\_

( ) Mestrado. Em que área? \_\_\_\_\_

( ) Doutorado. Em que área? \_\_\_\_\_

5. Quantos anos de exercício profissional? \_\_\_\_\_

6. Quantos como professor? \_\_\_\_\_

7. Quantos anos nesta escola? \_\_\_\_\_

8. Tipo de vínculo de trabalho: Efetivo ( ) Contratado ( ) Cargo de Confiança ( )

#### II - Aspectos relacionados a função do coordenador pedagógico frente a elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico (PPP):

1. A escola em que você trabalha possui PPP?

2. O coordenador pedagógico participou da elaboração e da implementação do PPP em sua escola?

3. Quais são as ações que o coordenador pedagógico realiza na implementação do PPP?
4. O coordenador pedagógico apresenta alguma dificuldade na elaboração e implementação do PPP?
5. Como você caracteriza a importância do coordenador pedagógico na execução do PPP?